



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 4, n. 15, jul./set. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ Servidor público: Transformação de regime jurídico. Regime jurídico único e seus efeitos
Antônio Flávio de Oliveira
- ◆ Função social da propriedade privada
Dinorá Adelaide Musetti Grotti
- ◆ Poder de polícia ambiental e precaução (EIA/RIMA) nas barragens de grandes mineradoras
Fabiana do Nascimento Prudente
- ◆ Julgamento dos prefeitos municipais: apreciação crítica da mudança imposta pelo Supremo Tribunal Federal
Fabício Motta
- ◆ A participação da Ordem dos Advogados do Brasil nos concursos da advocacia pública municipal
Henrique Pandim Barbosa Machado
- ◆ Servidores públicos municipais – alguns temas (Segunda parte)
Ivan Barbosa Rigolin
- ◆ Política Nacional de Resíduos Sólidos e o pagamento por serviços ambientais: instrumentos para as cidades sustentáveis
Ítalo Wesley Paz de Oliveira Lima, Talden Farias
- ◆ Vedações às associações de moradores de exigências de pagamento de quem não é associado e a questão nos loteamentos fechados
Toshio Mukai

Consultas e Pareceres

- ◆ Parecer nº 01 - Convênio
Luciano Ferraz
- ◆ Parecer nº 02 - Pregão
Luciano Ferraz

Notas Técnicas

- ◆ Nota Técnica nº 01
Luciano Ferraz
- ◆ Nota Técnica nº 02
Luciano Ferraz

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Constitucional – Ordem urbanística – Competência legislativa – Poder normativo municipal – Artigo 30, VIII e artigo 182, caput da Constituição Federal – Plano diretor – Diretrizes básicas de ordenamento territorial – Compreensão
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**
Administrativo – Improbidade administrativa – Ação Civil Pública – Prefeito e Secretário Municipal – Responsabilidade – Convênio celebrado com a União por intermédio do Ministério do Meio Ambiente – Construção de aterro sanitário e obrigações acessórias de relevante valia social – Incrementos sociais não alcançados – Dano ao Erário por ausência de manutenção do aterro – Exclusão da responsabilidade do Secretário Municipal – Ressarcimento – Atentado contra princípio da administração pública – Exclusão da concessionária – Reenquadramento das sanções – Reparo parcial na dosimetria pena de ressarcimento e multa – Proporcionalidade

Consultas respondidas pelos Tribunais de Contas

- ◆ **Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo**
Consulta – Previdenciário – Município que possui regime próprio de previdência – Encaminhamento de projeto de lei complementar pelo prefeito visando regulamentar aposentadoria especial para servidores públicos portadores de deficiência sem que seja editada lei complementar federal ou estadual disciplinando normas gerais – Impossibilidade – Havendo edição de norma complementar federal ou estadual geral, o município está apto a suplementar, mas não está autorizado a conceder benefícios distintos daqueles previstos na Lei Complementar 142/2013, por força do artigo 5º da Lei nº 9.717/1998
- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**
Consulta – Servidor público – Prefeitura municipal – Profissionais de educação ocupantes de cargos análogos a coordenador educacional – Requisito para provimento – 2º grau completo – Inaplicabilidade do piso salarial previsto na Lei nº 11.738/08 – Impossibilidade de atribuir piso salarial a cargo ou emprego cujo requisito de formação mínima não seja aquele preconizado pela Lei Federal nº 9.394/1996 – Não Contemplação de situações individuais específicas
- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**
Consulta – Bem público – Realização de eventos promovidos por entidades públicas ou privadas no espaço do plenário da Câmara Municipal – Possibilidade de uso mediante autorização, permissão ou cessão por curto espaço de tempo – Admitida a cobrança de determinado valor para manutenção – Ato discricionário da Câmara –

Observância de normas gerais do município ou da edilidade sobre o uso de bens públicos – Contabilização dos recursos em nome do município, pessoa jurídica, salvo previsão de lei municipal

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Aplicação de recursos financeiros municipais em fundo de renda fixa ou caderneta de poupança – Possibilidade – Autonomia municipal – Princípio da eficiência – Interesse público

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**

Consulta – Administrativo – Servidor público – Extinção de sociedade de economia mista – Realocação dos empregados na administração direta ou indireta sob regime jurídico diverso – Impossibilidade – Administração verificada apenas em caso de extinção da sociedade originária por transformação, fusão, incorporação ou cisão, mantendo-se o mesmo regime jurídico – Redirecionamento ao município do passivo da empresa extinta – Tema não conhecido

Ementário

◆ Crimes de Responsabilidade no Âmbito Municipal